



Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 51/2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2020, realizada em 21 de outubro de 2019.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, a partir das 19 horas, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 51/2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2020. Os convites para esta audiência foram publicados no "Jornal Oficial do Município" nos dias 9, 11, 16 e 18 de outubro. Estiveram presentes as pessoas indicadas na lista de presença. Abrindo a audiência, Renato Mascarin, representante da Prefeitura, disse que 2020 é diferenciado, por ser o último mandato da atual gestão, e tem que seguir o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que a liquidez de abril tem de ser menor do que o final do ano, para demonstrar que o uso dos recursos foi feito antes do período eleitoral. Foi exibido arquivo que indicou as Receitas Correntes, no valor total de R\$ 145,1 milhões, compostos de: impostos, taxas e contribuições de melhoria: R\$ 24,6 milhões, com R\$ 11,5 milhões provenientes do ISSQN; receita patrimonial (aplicações financeiras): R\$ 117 mil; receita de serviços (serviço funerário), R\$ 250 mil, transferências correntes (IPVA, ICMS com R\$ 80 milhões, saúde e educação) R\$ 142,1 milhões, outras receitas correntes (dívida ativa, restituições e devoluções), R\$ 951 mil, deduções ao Fundeb, recebendo R\$ 15 milhões e deduzido R\$ 23 milhões para os outros municípios e as Receitas de Capital, com operações de crédito, R\$ 11 milhões (financiamento da Caixa Federal para a construção da represa), alienação de bens (venda de terrenos), R\$ 4 milhões e transferências de capital (recursos aprovados no Governo Federal para 2020), R\$ 5,5 milhões, totalizando R\$ 165,6 milhões na administração direta; com relação ao SAAE, as Receitas Correntes são R\$ 2.000,00 de impostos, taxas e contribuições de melhoria, R\$ 7,18 milhões de receita de serviços e R\$ 150 mil de outras receitas correntes (dívida ativa), totalizando R\$ 7,33 milhões, dizendo que o funcionamento da ETE irá gerar um custo maior para o contribuinte e a receita é a tendência da autarquia aumentar; que a receita total da administração direta e indireta está prevista em R\$ 172,957 milhões, sendo R\$ 152,4 milhões de Receitas Correntes e R\$ 20,5 milhões de receitas de capital. Foi questionado pelo vereador Anderson Hespanhol qual foi o aumento da receita, sendo respondido que foi de 4,5% de acordo com as previsões inflacionárias do Banco Central. Com relação à despesa, foi mostrado que as Despesas Correntes da administração direta (pessoal e outras) foram fixadas em R\$ 133 milhões, as Despesas de Capital (investimentos) em R\$ 30 milhões e a Reserva de Contingência em R\$ 1,85 milhão para as emendas impositivas; a administração direta terá R\$ 7,8 milhões de despesas correntes (folha de pagamento e manutenção das ETA e ETE) e R\$ 230 mil em despesas de capital, totalizando R\$ 140,8 milhões em despesas correntes e R\$ 30 milhões em despesas de capital, além da Reserva de Contingência de R\$ 1,8 milhão, num total da administração direta e indireta de R\$ 172,96 milhões. Com relação às unidades orçamentárias, a Câmara tem previsão de R\$ 5,49 milhões, a Saúde quase R\$ 35 milhões, a Educação R\$ 40,8 milhões, o Desenvolvimento Social, R\$ 5,4 milhões, Obras e Planejamento, R\$ 22,3 milhões, Desenvolvimento Sustentável, R\$ 1 milhão, Segurança Pública, R\$ 9,8 milhões, Procuradoria Geral do Município, R\$ 369 mil, Finanças e Orçamento, R\$ 8,2 milhões, Administração, quase R\$ 4 milhões, Justiça e Cidadania, a antiga R\$ 5 milhões, Cultura, quase R\$ 3,3 milhões, Esporte e Lazer, R\$ 3 milhões, Meio Ambiente, R\$ 909 mil, Serviços Públicos, R\$ 15,9 milhões e Gabinete do Prefeito, R\$ 2,3 milhões, totalizando R\$ 163 milhões na



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



administração direta. Respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, o representante disse que o recapeamento entra no orçamento da Secretaria de Serviços Públicos. O SAAE terá pouco mais de R\$ 8 milhões e a Reserva de Contingência será de R\$ 1,85 milhão, totalizando R\$ 172,96 milhões. Foi mostrada a previsão da aplicação na educação que será dividida em R\$ 6,9 milhões para a educação infantil, R\$ 11,5 milhões para o ensino fundamental e as retenções do FUNDEB ficarão em R\$ 23 milhões, totalizando R\$ 41,46 milhões representando 29,69% de aplicação, superior em R\$ 6,5 milhões ao valor da aplicação mínima obrigatória, que é R\$ 34,959 milhões. Houve questionamento, sendo respondido que a quota do FUNDEB devolvida é somada aos gastos com educação, destacando que o que se devolve não fica no município. Com relação a saúde, a previsão é a aplicação de R\$ 6,22 milhões na Atenção Básica, R\$ 18,65 na média e alta complexidade, R\$ 1,1 milhão na assistência farmacêutica e R\$ 5,11 no suporte administrativo, totalizando R\$ 31,1 milhão, superior em R\$ 10,4 milhão à aplicação mínima obrigatória, que é de R\$ 20,7 milhões e representando 22,54% a ser aplicado na área. Com relação às despesas com pessoal, a previsão é de aplicação de 46,61% da Receita Corrente Líquida, fixada em R\$ 152,4 milhões, num total de R\$ 71,196 milhões e deduzindo-se as indenizações, no valor de R\$ 134 mil, o que resulta em R\$ 71,062 milhões compreendendo Prefeitura e SAAE, ficando abaixo do limite prudencial. Respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, foi mostrado o valor total das emendas impositivas para o ano que vem, de R\$ 1.829.256,00 dividido a metade para a saúde e a outra metade para ações diversas, resultando que cada vereador poderá realizar emendas no valor de R\$ 101.625,00 para a saúde e R\$ 101.625,00 para outras ações. Disse que foi aprovada a Emenda Constitucional 100, que mudou a forma de apresentação das emendas e que será necessário conversar mais sobre o assunto. Com relação aos investimentos, foram detalhados a aplicação e os valores: na Saúde: R\$ 2 milhões para o início da reforma e ampliação do hospital, de um total de R\$ 5 milhões para 2021; na Educação: R\$ 200 mil para aquisição de Chromebooks; R\$ 200 mil para mobiliário para escolas; R\$ 100 mil para creche em Cascalho em forma de contrapartida; R\$ 650 mil para legalização de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros em algumas escolas municipais; para ampliação da Escola Nazareth, R\$ 100 mil; para reforma da Escola Levy, R\$ 250 mil; na administração, R\$ 500 mil para a reforma da Prefeitura onde era o RH e Departamento de Suprimentos; no meio ambiente, R\$ 50 mil para contêineres para reciclagem e R\$ 200 mil a princípio para aquisição de área para um novo aterro sanitário; para projetos de habitação na área da Secretaria da Justiça, são R\$ 3 milhões para o Meu Pedaço de Chão, R\$ 1 milhão em financiamentos para aquisição de áreas junto à Caixa Federal, R\$ 100 mil para indenizações de áreas de invasão, R\$ 100 mil para contrapartida do convênio com a Caixa e R\$ 100 mil para infraestrutura em áreas de habitação; respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, foi dito que na Secretaria de Educação estão previstos recursos para a reforma da Escola Levy, ampliação da Escola Nazareth e término da Escola Amália, dentro do orçamento deste ano. Na área de serviços públicos, estão previstos a construção de uma praça no São Francisco, com R\$ 350 mil, na Praça do Juventude, R\$ 250 mil, manutenção do paisagismo em praças, R\$ 200 mil, obras no Lago União, R\$ 200 mil, recapeamento asfáltico, R\$ 1,5 milhão e recapeamento do Anel Viário, R\$ 500 mil. Respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, foi sugerida a utilização das emendas impositivas para realização de ações não incluídas. Respondendo a questionamento do vereador Laerte Lourenço, foi respondido que a manutenção do Lago União seja feita este ano mas os recursos não serão suficientes e o valor foi



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



colocado para o ano que vem por não conseguir executar neste ano, sendo sugerido um requerimento para se saber a situação atual; na área de esportes, estão previstos R\$ 100 mil para reforma do Ginásio de Esportes; R\$ 100 mil para reforma do Centro de Lazer do Jardim Progresso, R\$ 100 mil para reforma do Centro de Lazer do Trabalhador e R\$ 200 mil para reforma dos campos de futebol. Respondendo a questionamento do mesmo vereador, foi sugerida a inclusão destas solicitações dentro do requerimento de informações. Respondendo ao vereador Geraldo Botion, foi respondido pelo representante da Prefeitura que os valores referentes às unidades esportivas podem ser aumentados com as emendas impositivas e que não há como aumentar os valores para o ginásio do Centro, a não ser por excesso de arrecadação. Respondendo ao vereador Anderson Hespanhol, foi dito que este é o cálculo para 2020, que há possibilidade de fazer "emendas individuais", conversando-se com o secretário da Pasta para ver o interesse de cada um e estão sujeitas a veto do Prefeito, o que não aconteceu com a emenda do vereador Laerte Lourenço no orçamento deste ano. Mascarin falou que irá detalhar depois a forma de realizar as emendas dos vereadores. Continuando, foram apresentados os investimentos da Secretaria de Obras: R\$ 2,5 milhões em adutoras; R\$ 200 mil para iluminação da Rua 7 de Setembro; R\$ 100 mil em contrapartida da extensão da Avenida Presidente Vargas ao Jardim Eldorado; R\$ 800 mil para desapropriação do novo acesso para a Rodovia Washington Luiz na frente da "Campineira", onde será feita uma rotatória pela Prefeitura de Limeira; R\$ 200 mil como contrapartida para o financiamento da construção de uma rotatória de acesso ao Cemitério; R\$ 100 mil como contrapartida para um financiamento para a Estrada Carmello Fior, R\$ 500 mil para pavimentação do Assentamento Santa Rita, R\$ 500 mil de emendas parlamentares do Governo Federal para obras viárias, R\$ 5 milhões em financiamentos para obras viárias, R\$ 200 mil de contrapartida para a represa, R\$ 5 milhões provenientes do Governo Federal para o mesmo e R\$ 5 milhões do financiamento do Governo Federal, ambos para a nova represa, totalizando investimento de R\$ 10 milhões, incluindo desapropriações, totalizando R\$ 32,150 milhões, sendo R\$ 15,650 milhões de recursos próprios, R\$ 5,5 milhões do Governo Federal e R\$ 11 milhões de financiamentos já aprovados tanto pela Caixa como pelos vereadores desde 2018. Com relação às emendas impositivas, foram expostas as mudanças da Emenda Constitucional 100, que alterou a Emenda Constitucional 86, onde foram revogados os dispositivos da devolução, destacando-se que se as emendas impositivas não puderem ser executadas por motivos técnicos, elas serão perdidas, sugerindo medidas para que elas não se percam, como a realização de um "plano de trabalho", inclusive para envio de recursos para as entidades assistenciais. Respondendo a questionamento o representante da Prefeitura disse que a emenda impositiva para construção deve prever a terceirização da mão de obra e aquisição de materiais e que será mais fácil acompanhar a execução das emendas impositivas, ao contrário do que acontece hoje, pois atualmente há problemas com licitação, demora-se para fazer um projeto e a emenda vai ficando. Pediu aos vereadores que cobrem os secretários para a execução das emendas impositivas, pois sua ação dentro da Prefeitura não é suficiente para que as coisas aconteçam e também que os valores das emendas sejam feitos de forma correta. Respondendo a questionamento do vereador Anderson Hespanhol, Mascarin disse que será necessário definir nas emendas a quantidade de ações que serão prestadas e reafirmou que com a nova Emenda Constitucional é necessário determinar o que será feito já na emenda; ressaltou que elas não podem mais ser feitas como neste ano, será mais trabalhoso, porém mais fácil de executar. Respondendo a questionamento do vereador Antonio Marcos, foi



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



dito que se o custo do produto for maior do que o valor previsto no orçamento, o resto ficará para o Município, sendo necessária a cotação para a realização da emenda impositiva. Respondendo a questionamento da vereadora Sandra Santos sobre os valores relacionados à "cessão onerosa", que foram distribuídos aos municípios, foi dito que ele é de aproximadamente R\$ 2 milhões e que poderão chegar até o final do ano e terão que ser utilizados apenas para investimento, inclusive para o "Meu Pedaço de Chão", conforme sugeriu. Respondendo a questionamento do vereador Geraldo Botion, foi dito pelo representante da Prefeitura que com relação ao ISSQN estão previstos R\$ 11,5 milhões de receita, sendo que R\$ 5 milhões vêm somente da praça de pedágio da Rodovia Anhanguera, que ajuda muito na arrecadação do Município; que os municípios estão perdendo arrecadação e não estão deixando de arrecadar por nada; sugeriu aos vereadores que reivindiquem as melhorias na estrada vicinal junto a quem de direito. Por fim, o representante da Prefeitura se colocou à disposição de todos, dizendo que esteve na Câmara nos últimos dias discutindo o projeto de crédito adicional suplementar com os vereadores, pois o projeto de lei orçamentária dá margem de 20% para realização de créditos suplementares por anulação, excesso de arrecadação e superávit financeiro, mas este ano o limite já foi atingido e foi necessário enviar este projeto, remanejando algumas ações, pedindo análise rápida, pois algumas secretarias estão necessitando do crédito também para algumas ações essenciais, como plantão médico, medicamentos e merenda e se ele não for aprovado, alguns serviços terão que ser paralisados; disse por fim que irá montar um modelo para realização das emendas orientando os vereadores e agradeceu a presença de todos nesta audiência. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a presente audiência, da qual foi feita esta ata por mim,

*Paulo César Tamiazo,
Analista Legislativo.*

**Cássia de Moraes
Presidente**